



Leonardo Tenório Lins Pedrosa  
Liércio Pinheiro de Araújo  
Marcelo Silva de Souza Ribeiro  
Robson Lúcio Silva de Menezes  
Záira Rafaela Lyra Mendonça  
(Orgs.)

# CONSTRUINDO HISTÓRIAS

60 anos da psicologia brasileira



©2022 Universidade Federal do Vale do São  
Francisco  
Conselho Regional de Psicologia da 15° Região

## **CONSELHO EDITORIAL**

Prof. Dr. Alexandro dos Santos Machado  
Prof. Dr. Darlindo Ferreira de Lima  
Prof. Dr. Everton Fabrício Calado  
Profa. Me. Lucimar Coelho de Moura Ribeiro  
Prof. Dr. Marcelo Silva de Souza Ribeiro  
Prof. Me. Susan Antunes Melro Filha  
Profa. Dra. Tamires Alves do Nascimento

## **ORGANIZADORES**

Leonardo Tenório Lins Pedrosa  
Liércio Pinheiro de Araújo  
Marcelo Silva de Souza Ribeiro  
Robson Lúcio Silva de Menezes  
Záira Rafaela Lyra Mendonça

## **EDITORAÇÃO**

Liércio Pinheiro de Araújo  
Marcelo Silva de Souza Ribeiro

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

C758

Construindo histórias: 60 anos de Psicologia brasileira / organizadores: Leonardo Tenório Lins Pedrosa; Liércio Pinheiro de Araújo; Marcelo Silva de Souza Ribeiro; Robson Lúcio Silva de Menezes; Zaira Rafaela Lyra Mendonça – Petrolina - PE: UNIVASF, 2022.

51 p.: il.

Livro Digital (Formato PDF).

ISBN: 978-85-5322-142-4

1. Psicologia.

CDD 150

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> .....	07
<b>Psicologia: uma sexagenária para celebrar, lembrar e refletir</b> ....	09
<i>Marcelo Silva de Souza Ribeiro</i>	
<b>Capitanear: deixando muito de nós para reduzir os nós</b> .....	15
<i>Záira Rafaela Lyra Mendonça</i>	
<b>O percurso na psicologia e a versão conselheira: desafios, aprendizados e muita afetação</b> .....	20
<i>Emylia Anna Ferreira Gomes</i>	
<b>NOSTALGIA x FRUSTRAÇÃO: a gestão no sistema conselhos em tempos de pandemia</b> .....	28
<i>Tamiris Ferreira de Assis Silva</i>	
<b>Desafios e responsabilidades acerca trabalho prestado em comissões de orientação e ética: narrativa de experiência</b> .....	33
<i>Leandro Matos Souto da Rocha</i>	
<b>Gestão em tempos instáveis: reflexões acerca da gestão do Conselho Regional de Psicologia 15º Região (2019-2022) em meio a pandemia da COVID-19</b> .....	40
<i>Maurício Luiz Marinho de Melo</i>	



## APRESENTAÇÃO

Caríssimo leitor,

No marco dos 60 anos da regulamentação da Psicologia como ciência e Profissão no Brasil, honra-me sobremaneira prefaciá-lo o livro produzido Pelo Conselho Regional de Psicologia da 15<sup>o</sup> região do Estado de Alagoas, sobretudo por ser uma produção que, ao fazer memória do desenvolvimento da Psicologia Alagoana, resgata a difícil e inédita empreitada de fazer gestão em tempos de Pandemia e, no caso do CRP 15, acrescido das mudanças impostas pelas severas transformações geológicas aceleradas pela extração desordenada de sal-gema.

Cada capítulo dessa importante publicação marca a tônica das Gestões do Sistema Conselhos, as dificuldades, os dramas enfrentados ao longo da gestão e tantas vezes compartilhados em exaustivas reuniões entre os gestores dos Conselhos Regionais de todo o Brasil, pois os relatos dos nossos pares auxiliavam no enfrentamento de questões, que, apesar de serem similares, guardavam as especificidades de cada estado, de cada região.

O fato é que caminhamos juntos ao longo dos últimos desafiantes 3 anos, de mãos dadas, em tempos de enormes dificuldades para as ciências humanas, para as profissões da área da saúde, para a sociedade que se vê enredada em narrativas que colocam o conhecimento científico, a ética e os valores da dignidade humana em descompasso com os Direitos Humanos e Sociais. Nossa realidade, já tão dura, intensificada, sobretudo pela pandemia da Covid 19, é um contexto que desafia profissionais, pesquisadores, governo e a própria sociedade, exigindo atuação conjunta e coordenada para minimizar os impactos negativos do isolamento social, dos sofrimentos físico e mental, das desigualdades sociais, da crise econômica e de outros efeitos impostos inesperadamente à nossa realidade.

Todo o ineditismo de exercer a função de conselheiras, conselheiros e colaboradores em uma autarquia federal, nos difíceis anos de pandemia, junto com todos os desdobramen *Presidente do Conselho Federal de Psicologia* tos inerentes ao

grave contexto de crise que enfrentamos, só foi possível porque entendemos rapidamente a máxima da Clarice Lispector ao afirmar que quem caminha sozinho pode até chegar mais rápido, mas aquele que vai acompanhado, com certeza, vai mais longe.

Toda minha gratidão ao Conselho Regional de Psicologia da 15 região pela parceria, pela luta diária e por acreditar nessa Psicologia que chega à maturidade com potencial para contribuir na construção da sociedade que o nosso povo precisa e merece!

Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega

## **PSICOLOGIA: UMA SEXAGENÁRIA PARA CELEBRAR, LEMBRAR E REFLETIR**

*Marcelo Silva de Souza Ribeiro*

A Psicologia, no Brasil, é uma senhora sexagenária e isso significa dizer, em relação à vida média humana, que há supostas riquezas de experiências já vividas. Experiências essas que merecem celebrações, lembranças e reflexões, sobretudo no sentido de valorizar a profissão, entender melhor os atuais desafios dados e fortalecer as contribuições possíveis que o profissional da Psicologia pode legar à sociedade.

Neste breve texto, irei retomar algumas passagens da minha itinerância formativo- profissional, numa abordagem testemunhal (SELIGMANN-SILVA, 2016), mas com consciência das limitações inerentes à minha perspectiva, de modo a produzir entendimentos que entrelacem o protagonismo da Psicologia e a dinâmica dos contextos sociais e políticos (JACÓ-VILELA, A. M, 2021).

Hoje, aos 52 anos de idade, sendo professor de uma universidade federal no interior do sertão nordestino e lotado em um curso de Psicologia (na incumbência, portanto, de contribuir com a formação inicial de psicólogas e psicólogos), noto o quanto a nossa categoria se transformou, mas também reconheço outras tantas dinâmicas e condições sociais significativamente reelaboradas e a presença desses entrelaçamentos.

Em 1987 meu padrasto, numa dinâmica migratória, por causa da criação de um parque industrial em Maceió, passa a morar na capital alagoana. Nessa leva, junto com dezenas de outros baianos que trabalhavam no Polo de Camaçari (parque industrial da região metropolitana da grande Salvador), migramos (minha mãe, meu padrasto e eu) para a terra de Djavan e de Nise da Silveira.

Naquela época, o único curso de Psicologia em toda a Bahia era o da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que ficava na capital do Estado. O referido curso foi criado em 1961, mas só em 1969 iniciou a sua primeira turma, permanecendo como o único curso do estado durante quase 30 anos!

(SANTOS, MAZZAFERA, SANTOS, 2021).

Esses resumidos trechos já sinalizam algumas das dinâmicas sociais que têm a ver com os processos migratórios, elaborações de novas cadeias produtivas da economia e mesmo com a oferta de cursos superiores, muitas vezes concentrados nas capitais e parcamente disponibilizados, além de não acessíveis para uma boa parte da população.

Em 1988, iniciei meu curso de Psicologia no Instituto de Psicologia de Maceió (IPM), do Centro de Estudos de Maceió (CESMAC), que estava ligado, por sua vez, à Fundação Educacional Jayme de Altavila (FEJAL). Era também o único curso de Psicologia de Alagoas.

Naquela época, as pessoas ainda fumavam em sala de aula. Lembro que entrei na classe, no primeiro dia de aula, fumando cigarro. Algo impensável hoje em dia! Situações prosaicas a parte, havia muito de voluntarismo no clima universitário, uma vez que buscávamos mudar várias coisas, acreditando que nossa vontade bastaria. Tínhamos também que nos virar sob muitos aspectos, pois a inserção da Psicologia no mundo do trabalho, pelo menos naquele nosso contexto, ainda era tímida, mesmo que ainda reconhecida como importante. Alguns dos estágios que os estudantes conseguiam eram frutos de suas próprias articulações, inclusive buscando supervisores e remunerando-os

Era muito comum também o engajamento em grupos de estudos e formações desde o primeiro período. Muitas vezes esses processos formativos se davam fora dos limites da faculdade. Havia um forte engajamento político no cotidiano universitário e a chamada “carestia” por conta da hiperinflação, aliada ao fantasma da ditadura, marcavam as agendas dos movimentos sociais. Não vivíamos de maneira tão explícita as pautas identitárias. O momento era da redemocratização e o marco foi a criação da “Constituinte Cidadã” de 1988. Os pilares de muitas conquistas sociais passaram pela construção do Estado Democrático de Direito (ainda que atualmente ameaçado) e de um Estado de bem-estar social (ainda que sob muitos aspectos não alcançados) estavam sendo lançados. Importante dizer que os conselhos de Psicologia tiveram um papel decisivo nesse

processo. Ah! É válido ainda lembrar que não havia internet e muito menos *smartphone*. Sem cair numa espécie de romantismo, vivíamos em um “outro mundo”.

Após a minha formação, que durou 7 anos (o ciclo curricular do curso de Psicologia do CESMAC era de 6 anos e não tínhamos ainda passado pelas diretrizes nacionais, que também afirmariam uma formação generalista. Isso sem falar que o currículo ainda sofria influência do modelo biomédico) e a conclusão de uma especialização em Educação Especial na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), retornei para Salvador.

Havia uma relativa abertura de postos de trabalho para o profissional de Psicologia, afinal as novas condições econômicas e sociais do país propiciavam aberturas e avanços que, alguns anos adiante, iriam refletir, sobretudo, nas políticas públicas voltadas para o ensino superior, saúde mental e assistência social.

No regresso a Salvador, logo comecei a trabalhar numa instituição voltada para crianças e adolescentes com deficiência (estávamos vivendo transições de algumas políticas, como é o caso da política de inclusão na educação escolar) e em consultório. Depois, fui trabalhar em um ambulatório anexo da escola especializada do Serviço Social da Indústria (SESI) e passei a lecionar em instituições do ensino superior. Nesse período, acompanhei de perto o desdobramento de possibilidades do fazer psicológico. Se antes o fazer psicológico praticamente se limitava à Psicologia Clínica (convencional, de consultório com atendimentos individuais na modalidade particular), a Psicologia Hospitalar (principalmente na rede privada), a Psicologia Organizacional e a Psicologia Escolar (em poucas escolas), passou-se a observar a presença de “profissionais psi” em organizações não governamentais (ONG's) que atuavam em áreas sociais, nos programas de saúde pública (como a prevenção a doenças sexualmente transmissíveis – havia ainda o trauma da AIDS), em ações voltadas para o combate a violência e mesmo o aprofundamento em temáticas mais específicas, mas não menos importantes, como as questões relativas ao gênero, as relações étnicas e raciais e a polissemia de novos campos,

como a Psicologia do Esporte, a Psicologia do Trânsito, a expansão da Psicologia Jurídica, etc.

Voltando ao meu itinerário profissional, fui gradativamente me inclinando para a Educação, mais especificamente para o Ensino Superior. Depois de ter passado pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), ingressei na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) em 2006.

Esse acontecimento é importante, aqui, não porque traz um marco acerca da minha biografia, mas porque expressa um acontecimento revolucionário em termos de políticas públicas educacionais, que foi a vigorosa criação e expansão do ensino superior da rede pública federal, principalmente trazendo a marca da interiorização de universidades e institutos federais no interior do Brasil. Se antes as ofertas estavam concentradas nas capitais e grandes centros, marcadamente nas regiões litorâneas do país, passou-se a ver, pela primeira vez, em larga escala, o surgimento de universidades federais nos interiores do sertão, por exemplo.

Nessa leva de novas instituições surgem cursos de Psicologia no interior do país de modo que “profissionais psi” passam a ser formados nesses contextos, possibilitando uma articulação mais integrada da formação, dos espaços de atuação profissional e das idiosincrasias em seus respectivos contextos. É claro que essa articulação não significou uma limitação regionalista, em que o profissional formado no interior só pudesse ou só tivesse condições de atuar no interior, até porque a formação já era generalista e modulada por diretrizes nacionais, significava, sobretudo, que o “profissional psi” tinha a possibilidade de viver uma formação mais dialógica e contextualizada.

Uma passagem que sempre faço questão de chamar à atenção é que os primeiros profissionais de Psicologia formados pela UNIVASF, logo conseguiam emprego, quase que massivamente na área de saúde mental, via Centros de Atenção Psicossociais – CAPS. Vivíamos a implementação e expansão das políticas públicas em saúde mental.

Em seguida, muitos egressos passaram a trabalhar nos Centros de Referências Especializados de Assistência Social (CREAS) e nos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS), frutos das políticas públicas em assistência social.

Depreende-se, aqui, desses acontecimentos testemunhados que a Psicologia tem vivido, ao longo dos seus 60 anos de regulamentação no Brasil, um diálogo permanente e intenso com a sociedade, no que poderíamos chamar de uma “dança” via as dinâmicas e condições sociais desdobradas no país. Fica evidente, por exemplo, o quanto foi importante para o crescimento e fortalecimento da profissão, a expansão e a aprofundamento das políticas públicas que possibilitaram a interiorização do “profissional psi” e o acesso aos serviços de Psicologia por uma gama da população que estava excluída.

Os protagonismos daquelas e daqueles que antecederam os que hoje lutam para dirimir o desmonte do Estado Democrático de Direito precisam ser lembrados não por um saudosismo, ainda que merecido, mas por resgatarem o sentido de luta e manutenção da força que sempre é atravessada pela aposta em mundo melhor. De outro modo, importante também reconhecer que o protagonismo, por mais legítimo que possam ser as atuações de uma categoria, está numa relação de interdependência a outras dinâmicas e contextos sociais e políticos.

A senhora Psicologia sexagenária de hoje merece ser celebrada por tudo que já galgou (obviamente não exclui as possíveis críticas). Demanda ainda uma memória viva de suas andanças como legados de ensinamentos, mas sobretudo provoca reflexões para que as novas gerações de profissionais da Psicologia possam construir respostas dialogadas e competentes aos desafios que se anunciam.

## REFERÊNCIAS

JACÓ-VILELA, A. M. **Trajetórias da Psicologia no Brasil : conciliações e resistências.** Memorandum: Memória e História em Psicologia, [S. l.], v. 38, 2021. DOI: 10.35699/1676-1669.2021.36485.

**Disponível em:**

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/3648>. Acesso em: 10 ago. 2022

SANTOS, Ezevaldo Aquino dos; MAZZAFERA, Bernadete Lema; SANTOS, Adriana Regina de Jesus. **A construção histórica da Psicologia no Estado da Bahia**. Research, Society and Development, v. 10, n. 8, e37810817455, 2021.

SELIGMANN-SILVA, M. **Testemunhos e a Política da Memória**: O tempo depois das catástrofes. Proj. História, São Paulo, (30), p. 71-98, jun. 2005. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2255/1348>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

## **APITANEAR: DEIXANDO MUITO DE NÓS PARA REDUZIR OSC NÓS**

*Zaira Rafaela Lyra Mendonça*

*“Sabe lá, o que é não ter e ter que ter pra dar...”*

*Djavan*

Capitanear uma autarquia federal, em meio a tantas adversidades, foi uma verdadeira missão. Planos e expectativas pessoais e coletivas deram lugar ao ineditismo e a todo imediatismo possível para atenuar angústias e precipitar formas de resistência e de garantia da vida frente ao inesperado.

Setembro de 2019, tomava posse o IX plenário do Conselho Regional de Psicologia da 15<sup>a</sup>, de Alagoas (CRP-15) para o triênio 2019-2022, e eu, assumia a presidência desta autarquia. Dotada de entusiasmo, satisfeita por ter feito parte do VIII plenário, triênio 2016-2019 e ter aprendido sobre a orientação e fiscalização profissional, com grandes batalhadores da profissão em Alagoas, como o professor Félix Vilanova (in memoriam) e Laeuza Farias, sentia-me pronta e fortalecida para ampliar conquistas.

Adultecer o CRP-15 foi um dos lemas da nossa gestão, melhorar processos administrativos, despersonalizar procedimentos, profissionalizar relações, ampliar a aproximação com a categoria, interiorizar ainda mais ações, dar à Psicologia seu real lugar. Sonhos e projetos estavam na agenda da recém-empossada gestão. Ainda no horizonte, a futura comemoração dos 60 anos da regulamentação da profissão de psicólogo no país.

Foram três anos de muito trabalho e empenho, pudemos contar com estagiárias/os, funcionárias/os, coordenadores, conselheiras/os. Fizemos história sim! Tamanhos desafios o IX plenário vivenciou, alguns sustentou, manejou e outros, apenas, iniciou a construção de soluções.

Eu, primeira psicóloga graduada na Universidade Federal de Alagoas a presidir o CRP-15, motivo de satisfação pessoal, pela importância da universidade pública para o povo brasileiro, para a ciência, para as políticas públicas, para o acesso mais igualitário da nossa população à educação.

Eu, que sempre fui exímia aluna, que sempre sonhei em ser uma psicóloga reconhecida; que sou mestre em Psicologia; que sou docente do ensino superior; que sou servidora pública municipal; que sou psicóloga clínica, que amo tanto a Psicologia que chego a me confundir com ela. Logo a mim, coube estar na liderança desta honrosa instituição alagoana, em um dos momentos mais difíceis que a humanidade já vivenciou.

Muito tenho a agradecer e a elaborar de tal experiência. Quando olho para o lado, porque ainda não ficou para trás, percebo a grandiosidade do que conseguimos construir e mais, do que não permitimos que fosse destruído. Terceira pessoa do plural sim, porque foram muitos plurais, muitos coletivos, muitos afetos para nos manter alertas e atuantes.

Aos meus projetos e sonhos disse adeus, vivenciei lutos, reeditei, ampliei, chorei, carreguei, guardei, mudei. Aos meus colegas de profissão, me empenhei, me chateei, me estressei, me entreguei. Aos meus colegas presidentes, me emocionei, me inspirei, me revoltei, me revirei. Aos meus colegas conselheiros, me desabei, me superei, me desesperei. À amada e incrível Psicologia me apoiei, me apossei, me recarreguei.

E nesse trânsito intenso de partilhas, feridas e recaídas, produzi, construí, consolidei e não me furtei ao meu dever institucional. Acolhi as/os psicólogas/os, informei à sociedade sobre saúde mental, e ainda trabalhei em todas as minhas frentes de atuação profissional: psicóloga do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); docente do ensino superior e psicóloga clínica/psicoterapeuta.

Carregamos a marca de sair da sede histórica do CRP15, situada no bairro do Pinheiro. Mudança imposta pelas transformações geológicas aceleradas pela extração desordenada de sal-gema. Por isso, fomos apontados e, por vezes questionados, e indevidamente atacados por parte desinformada da categoria.

Além disso, enfrentamos os diversos ônus decorrentes da pandemia, principalmente na fiscalização profissional, que teve um grau de comprometimento pela ausência de ferramentas adequadas para realização de fiscalizações mediadas por tecnologia da informação e da comunicação (TIC's). Em contrapartida, desenvolvemos novos modos de comunicação com a categoria e momentos orientativos foram criados e vivenciados de maneira rica e promissora. No quesito valorização, pudemos, enfim, aparecer aos olhos da sociedade como profissão indispensável para promoção, produção e prevenção em saúde mental, nas mais diversas áreas, frentes e grupos de trabalho.

O cansaço dilacerando a alma e as relações próximas, mas o dever com a profissão e a autarquia me parecia maior. Como abandonar tamanha responsabilidade a mim confiada? Ficaria eu melhor? Sentir-me-ia mais em paz? Só um divã para abrandar minhas angústias e me fazer escutar o que, no fim, eu já sabia. Seria eu incapaz de largar a autarquia, angústia e culpa maiores me tomariam até o final dos dias do IX plenário.

Assim, nos mantivemos velejando, horas mar agitado, horas tempo fechado, horas mar com peixes, horas muitas tempestades, horas tripulantes apostos, horas capitã solitária. Decisões difíceis, pulso firme, insegurança, tolerância, descentralização, mediação, liderança.

Enfim, quais foram os principais ganhos da gestão? Apesar de tantas navegações, manter o barco existindo foi, por vezes, um alívio. Pois em um cenário político e econômico que desautoriza a existência da diversidade humana e estigmatiza a vida, para que Psicologia? Existência de autarquias que prezam pela democracia e pelas minorias? ! Tamanha rebeldia!

Ainda assim, ampliamos horizontes, garantimos a implementação da Lei 13.935/2019, normativa federal que garante a presença de psicólogas e assistentes sociais na rede de educação básica. Articulações com o Conselho de Serviço Social e gestores das pastas de educação municipal e estadual estiveram na pauta mensal das nossas ações que colheram frutos mais maduros.

A ênfase em valorizar a profissão teve, nessa gestão, seu ápice ao construirmos estratégias de reter editais de concursos e processos seletivos públicos. Valorização da profissão é, sim, prerrogativa de conselho de categoria profissional, visto que há, em tal máxima, a garantia de que a sociedade esteja bem-informada e receba, por vezes, o melhor da Psicologia.

Outra conquista significativa para a Psicologia Alagoana foi a consolidação de um antigo projeto de aproximar as instituições de ensino de alagoas, pois compreendemos que uma profissão fortalecida e reconhecida exige partilhas acadêmicas e formativas. Inclusive, eventos científicos vêm sendo produzidos e compartilhados.

O que escrever sobre a comemoração dos 60 anos da profissão de psicólogo no país? Emoção, amor, afeto, laços, zelo, muito zelo. Lembro bem do meu discurso de posse, como presidente do CRP15, em 2019, como me reporteí ao futuro e o quão emocionante seria, para mim, participar da história da Psicologia no Brasil, liderando um regional. Não sabia eu, que a comemoração seria três vezes mais potencializada, pois não apenas o aniversário da Psicologia fora evidenciado, mas a sua e a nossa própria existência.

Para minha enorme satisfação pessoal, fomos o primeiro regional do sistema conselhos de Psicologia há realizar, no interior do estado, um evento comemorativo alusivo aos 60 anos da Psicologia com a presença do Conselho Federal de Psicologia. Minha alma foi tomada de gratidão às nossas psicólogas do interior, desbravadoras e admiráveis colegas de profissão.

Também, nos orgulhamos por termos comemorado os 60 anos da Psicologia em ato solene na Assembleia Legislativa de Alagoas com a participação de muitos das/dos psicólogas/os que presidiram o CRP-15 ao longo dos seus 25 anos de existência.

Em tempo, agradeço aos sobreviventes conselheiros e conselheiras do IX plenário do CRP-15 por tamanha construção. Ficaremos eternizados na memória dessa autarquia como psicólogas e psicólogos que sobreviveram a pior crise sanitária e epidemiológica vivida até aqui. E, ainda assim, realizamos um trabalho de excelência!

Meu sincero afeto e admiração!

## **REFERÊNCIAS**

**BRASIL. Ministério da Saúde.**

**CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional dos Psicólogos, Resolução n.º 10/05, 2005.**

# O PERCURSO NA PSICOLOGIA E A VERSÃO CONSELHEIRA: DESAFIOS, APRENDIZADOS E MUITA AFETAÇÃO

*Emylia Anna Ferreira Gomes*

A memória afetiva e as emoções são os norteadores dos dizeres deste relato. Talvez seja ousadia minha, mas acreditem, são puras verdades.

Este relato de experiência traz a relação entre o Sistema Conselhos de Psicologia, uma autarquia, e a contribuição com a categoria através da minha atuação enquanto Psicóloga e como conselheira, um percurso que me orgulha muito, de um caminhar de desafios, questionamentos, frustrações, desilusões, encontros, afetos e muito aprendizado.

## **No Começo**

Minha trajetória tem início em meados de 1997, quando saí do interior de Alagoas, da cidade de Arapiraca, rumo a Maceió, fazer Psicologia. Foi ainda na graduação que conheci como funcionava o sistema Conselhos de Psicologia. No primeiro momento, não tive interesse, mas algo mudou quando os que o representavam foram à instituição, falaram de suas práticas enquanto conselheiros e, então, entendi ali que não estaria sozinha. Sentia a necessidade de aproximação, de fazer parte, na época, ainda não sabia como. O tempo passou, com a formatura, em 2004, vieram muitas mudanças, o momento de ser oficialmente Psicóloga foi concretizado. Muitas lutas travadas. Diploma e inscrição no CRP. Consegui!

Voltei para Arapiraca, no mesmo ano de 2004 iniciei a vida profissional, percebi mais que nunca que necessitava de suporte, apoio, orientação e o Conselho Regional de Psicologia – 15ª Região era o lugar ideal para isso. Fui à procura, provoquei, questionei, recebi apoio, orientações. Enquanto Psicóloga nunca me senti sozinha, talvez seja estranho para muitas colegas de profissão. Escuto, desde muito tempo, que o conselho não serve pra categoria, não funciona. Não concordo. Mostrar a função do conselho sempre foi uma estratégia que utilizava, pois, quando precisei, fui atendida. Ser categoria, inscrita, adimplente é ser conselho, fazer parte!

## O CREPOP

Na minha atuação profissional, as Políticas Públicas sempre foram meu espaço preferido, a Psicologia estava, na época, iniciando na Política Pública de Assistência Social e precisávamos de apoio, fomos buscar, não só eu, mas um grupo de Psicólogas do interior que também se inquietavam e precisavam de ajuda, e começamos a realizar encontros, rodas de conversas, uma forma de buscar caminhos para melhor atuar nesses espaços

Em 2006, surge o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP, que foi uma conquista significativa para os Psicólogos que estavam atuando nas Políticas Públicas naquela época. Assim, houve uma contribuição através de pesquisas com a efetiva participação da categoria, o que auxiliou na construção de publicações de referências técnicas na atuação dos profissionais em diversas áreas dessas políticas. Por que não dizer que as Psicólogas do interior de Alagoas fizeram parte desse processo? Elas provocaram o sistema em busca de apoio e do entendimento de como a ciência da Psicologia, tão voltada para a clínica de consultórios, elitista, individualista em sua maior parte, poderia desenvolver um trabalho intersetorial, interdisciplinar, social e comunitário. O CREPOP foi uma conquista coletiva.

Sou uma Psicóloga que não sabe andar sozinha, definitivamente, preciso do outro pra me sentir útil, eficiente, produtiva e, por vezes, até questioneei se essa forma de atuar seria Psicologia, pois parecia destoar um pouco do habitual.

Lane (1984, p.78), no texto sobre processo grupal diz:

“[...] onde o grupo não é mais considerado como dicotômico em relação ao indivíduo (indivíduo sozinho X indivíduo em grupo), mas sim, como condição necessária para conhecer as determinações sociais que agem sobre o indivíduo, bem como a sua ação como sujeito histórico, partindo do pressuposto que toda ação transformadora da sociedade só pode ocorrer quando se agrupar.”

Queria estar em grupo, no coletivo, conhecer e ser conhecida, formar vínculos, tecer REDES! É um caminho encantador e repleto de desafios e encontros, encaminhamento e muitos compartilhamentos. A Política Pública de Assistência Social me levou para um caminho sem volta, me aproximou da Psicologia territorial, comunitária e social (com indivíduos, famílias, idosos, crianças, mulheres, gestantes, jovens, agricultores, autônomos, histórias, desafios, dramas, superação). Aquela Psicologia que já conhecia desde a academia, nos projetos sociais e comunitários, aquela que levei efetivamente e ainda como um sonho da estudante, concludente, em seu TCC, quando discorria sobre uma Psicologia de Carl Rogers – Centrada na Pessoa e que alcançaria através do Aconselhamento Psicológico a quem tanto precisava e não conseguia acessar. Essa Psicologia é fascinante, é a que aprendi a fazer, não só nos serviços da Política de Assistência Social, mas também na Política Pública de Saúde, Saúde Mental etc.

Quanto orgulho fazer do meu ofício a Psicologia, atuar através dela e por ela em espaços como Conselhos de Controle Social (Assistência, Saúde, Educação representando o Conselho de Psicologia), conferências municipais, estaduais, nacionais, atuar em parceria e intersetorialmente com profissionais de equipamentos comunitários, atuar na ponta e também na gestão, contribuir para que a Psicologia tivesse um papel de protagonista em espaços antes nem imaginados, fez meus dias de trabalho mais apimentados e felizes.

## **O Interior e a Psicologia**

As Psicólogas sempre foram companheiras, éramos poucas, mas guerreiras, tínhamos uma necessidade de mostrar o quanto a Psicologia estava além da capital, o quanto as Psicólogas do interior precisavam de suporte e tinham muito a contribuir com a Psicologia Alagoana. O mês da Psicologia começou a se tornar data importante no calendário municipal, o encontro, a troca de experiência, os ofícios, ligações para o técnico do CREPOP, para o presidente do CRP convocando-os a participarem, sempre foi motivo de ousadia de nossa parte, mas dava certo, eles vinham e começamos a provocar e mostrar

nossas necessidades, uma troca muito valiosa. Pré-Congressos Regionais (Pré-COREP), Congressos Regionais (COREP) e até Congresso Nacional de Psicologia (CNP) tinham representação do interior. Participamos da comemoração dos 50 anos da Psicologia (muito a comemorar, muito mais a fazer) apresentando trabalho na 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, momento histórico em São Paulo no ano de 2012. Precisávamos lutar por nossas pautas, o lugar de luta sendo ocupado por um grupo de Psicólogas. Muitas conquistas, dentre elas o processo de interiorização e a concretização de uma subsede tornou-se realidade no ano de 2012 e nosso compromisso com o sistema ainda mais intenso.

De repente, em 2016, fiz parte de uma chapa e concorri à conselheira do CRP15, algo que, sinceramente, não fazia parte dos meus planos, tornou-se realidade. Ganhamos! Importante deixar registrado que foi uma campanha e uma vitória difícil, voto a voto, 3 grupos, 3 chapas, momento histórico para a Psicologia Alagoana e, mais ainda, porque o interior fez a diferença na votação e decidi a eleição. A Psicologia do interior existe e é forte e necessária.

## **CRP 15 e a versão Conselheira**

Conselheira Suplente do VIII Plenário do CRP15 - triênio 2016-2019, atuante, ainda sem entender a fundo sobre o Sistema Conselhos, mas certa de que seria a voz da categoria, especialmente do interior, sempre gostei de assumir esses papéis. Com o decorrer das reuniões plenárias, participava sempre que possível, mesmo com a titular, minha companheira do interior, fizemos um pacto de que iríamos juntas, uma dando suporte para a outra, assim aconteceu inicialmente. É certo que minha paixão pelo sistema ultrapassou os limites, minha companheira cansou, a luta é bem desigual. É verdade que uma boa parte da categoria pouco se implica com as ações do sistema/autarquia, o trabalho voluntariado começa a ter um peso além do que se pode suportar, a frustração, muitas vezes, é mais comum do que se pode imaginar, descobri que a categoria não sabe a função do conselho, descobri que a categoria pensa que somos obrigados a

dar conta de tudo sem a participação deles, como resposta: muitas orientações, fiscalizações, encontros, grupos, conversas, parcerias, aproximações, divulgações. Um ciclo sem fim, necessário e gratificante.

Em meados da gestão, triênio 2016/2019, eu já ocupava a titularidade e, junto com as companheiras do interior, assumíamos a subsede e a comissão de interiorização ainda mais ativamente, eventos épicos foram realizados, precisamos ressaltar, foram sim incríveis, motivadores. Os conselheiros percorreram o Estado, conhecendo, ouvindo e se aproximando da categoria, através da Comissão de Orientação e Fiscalização - COF, da Comissão de Orientação e Ética - COE e das outras comissões, foi realmente um novo jeito de fazer o sistema em Alagoas.

### **Como assim?**

Surgia mais um desafio e esse quase que impossível, nossa referência, incentivador, professor, conselheiro, amigo José Felix Vilanova, faleceu e nos deixou com o Sistema Conselhos e a grande paixão dele em nossas mãos, éramos novos naquele ofício, sem chão e dilacerados de dor e saudades, mas por ele continuamos e juntos, um grupo de Psicólogas/conselheiras sem entender ainda o que nos esperava, continuamos e encabeçamos uma chapa sem adversários, dessa vez, e a gestão do CRP15 triênio 2019/2022 - IX Plenário.

Definitivamente, os 3 anos mais intensos da versão Psicóloga e conselheira, os anos de aprendizado mais assustadores e enriquecedores já vividos, eram tantos projetos, tantas propostas. Iniciei como conselheira titular e responsável pelo CREPOP, meu coração quase não aguenta, o menino dos meus olhos, o que vi nascer e que minha vida de Psicóloga entrelaçava por ele desde sempre, quanta responsabilidade! Participei na construção de muitas referências técnicas em nível Federal e Regional, entrevistas, consultas pública, pesquisas qualitativas, quantitativas. Acompanhei o nascimento de muitas delas, como a do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializada de Assistência Social

- CREAS, medidas socioeducativas, Rede de Atenção Psicossocial - RAPS, como profissional e, também, como conselheira responsável pelo CREPOP. Participar de oficinas, seminários com técnicos e conselheiros do CREPOP de todos os Regionais e do Federal.

Construir ferramentas para coletas de dados das referências, convidar, mobilizar profissionais para participar de entrevistas, questionários e pesquisas em busca de dados importantes para enriquecer o produto final, divulgar as referências para a categoria foram algumas das minhas contribuições junto ao técnico do CREPOP, Liércio Pinheiro de Araújo, meu companheiro e incentivador desde a graduação. Muitas ações para efetivar o CREPOP em nosso CRP 15. Um marco em minha vida profissional.

Em 2021, o CREPOP fez 15 anos, a pandemia no auge, sendo assim, o evento dos 15 anos aconteceu de forma remota (como tantas outras reuniões, oficinas nesses últimos anos), um seminário com o tema: **defesa e resistência da Psicologia nas Políticas Públicas**. O momento foi potente, as telas e a distância física não impediram a emoção da realização e comemoração dos 15 anos de história contados em tantas publicações e por tanta gente/profissionais que têm sua vida profissional ligada diretamente ao CREPOP. As referências nos norteiam como profissional, nos respaldam. Já foram lançadas 23 referências técnicas nesses 15 anos, muito ainda há a ser feito.

Beatriz Adura Martins, durante o evento dos 15 anos do CREPOP, na mesa 1: “Pesquisa e Prática Profissional”, afirma que:

*“a existência do CREPOP nos fortalece em nosso cotidiano e nos dá legitimidade para pensar-afirmar uma prática pública para uma Psicologia que é pública, uma prática coletiva para uma Psicologia que precisa se fazer coletiva.”*  
(MARTINS, p. 54, 2022).

publicação junto com a categoria, uma coleta de artigos sobre a Atuação das Psicólogas em tempos de Pandemia. Nessas últimas gestões, tivemos a oportunidade de lançar alguns editais convocando a categoria, uma maneira de deixar registrada a atuação dos Psicólogos Alagoanos nas Políticas Públicas, através de publicações Regionais.

### **O Ser Humano e as Possibilidades de Reinventar-se**

Acredito que os aprendizados adquiridos nesse período e com todos esses desafios, ficarão eternizados nessa gestão do CRP15. Orientar e fiscalizar em tempos de Pandemia não foi fácil, mas revisitando alguns momentos, fica perceptível o quanto foi feito (*lives*, rodas de conversas, reuniões ampliadas, vídeos, documentos norteadores e de orientação, resoluções, plenárias). A forma remota era a ferramenta utilizada a nosso favor e fizemos uso dela sem reservas, nos aproximamos e nos acolhemos virtualmente, era o que tínhamos no momento.

Viver uma pandemia, não fugir da luta e ser referência pra categoria, buscando formas de continuar desenvolvendo suas funções de autarquia e sair de cabeça erguida, fez-me entender, ainda mais, a função de ser conselheira.

Conseguimos, cumprimos o nosso papel, contribuimos com a Psicologia Alagoana e também Nacional, o Sistema Conselhos me levou a lugares e percepções importantes para minha vida profissional, como participar das Assembleias Administrativas e de Finanças - APAFs, (remotas e presenciais), aprovar resoluções que direcionam o fazer da Psicologia, ser diretoria, vice-presidente do CRP15, organizar, contribuir com os Pré-COREPS remotos, contribuir com o 9º COREP presencial, após 2 anos sem eventos nesse modalidade, participar do 10º e 11º CNP, todas essas ações foram muito importante para a minha formação e para a visão que tenho hoje da Psicologia, principalmente, a do interior do Estado. Além de tantas outras responsabilidades, a versão conselheira não foi em vão, exercemos, sim, com maestria nosso papel de representação.

A Psicologia fez 60 anos e o IX Plenário do CRP15 realiza eventos repletos de afetação para a grande comemoração na capital e no interior, marcando também a despedida dos

conselheiros do IX Plenário. A Presidente do Conselho Federal de Psicologia – CFP Ana Sandra Fernandes e alguns conselheiros e funcionários federais estiveram prestigiando e abrilhantando nossas comemorações. Tantas falas, homenagens, encontros, reencontros, atos foram vivenciados por profissionais e estudantes de Psicologia.

Viva a Psicologia Brasileira! Viva a Psicologia Alagoana! Viva a Psicologia do Interior!

O Sistema conselhos precisa da categoria, contamos com vocês.

A vida é feita de ciclos, este, em minha vida, deixo escrito aqui!

Até o próximo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL Lei No 5.766, de 20 de Dezembro de 1971.

Brasília: Casa Civil;

BRASIL. Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas: defesa e resistência da Psicologia nas Políticas Públicas.

Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. 1.ed. Brasília: CFP 2022.

Código de Ética Profissional do Psicólogo. Conselho Federal de Psicologia, Brasília, agosto de 2005.

Lane, S. T. M. (1984). A Psicologia social e uma nova concepção de homem para a "Psicologia". In S. T. M. Lane, & W. Codo (Orgs.), **Psicologia social: o homem em movimento** (pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.

## NOSTALGIA X FRUSTRAÇÃO: A GESTÃO NO SISTEMA CONSELHOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

*Tamiris Ferreira de Assis Silva*

Este relato de experiência com o Sistema Conselhos de Psicologia incidirá, inevitavelmente, em reflexões de um período marcante em minha trajetória profissional que implicou profundo aprendizado. O intuito é de discorrê-lo de forma leve, suave, de uma maneira que você, caro leitor, possa “sentir” todas as emoções vivenciadas nesse processo.

Como marco temporal, utilizarei os três últimos anos dessa vivência no Conselho Regional de Psicologia da 15ª Região (CRP-15), mais especificamente, minha contribuição na gestão do IX Plenário, no qual estive em um dos cargos da diretoria: conselheira-secretária. Mas, antes de adentrar a esse marco, será necessária uma confissão: representar à categoria nunca foi uma ideia ventilada, até porque havia o entendimento da complexidade de estar à frente de uma autarquia federal.

No entanto, a paixão pela profissão, o desejo em desbravar um terreno desconhecido foram variáveis decisivas para essa ideia começar a ser apreciada com mais “carinho”. O Código de Ética Profissional do Psicólogo, nos princípios fundamentais, inciso sexto, traz a seguinte redação: **“O psicólogo zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada.”** (CFP, 2005)

Tomando como princípio norteador o inciso supracitado, pode-se chegar ao entendimento de que está no Sistema Conselhos de Psicologia é uma das, dentre as diversas maneiras, de colaborar com o processo de reconhecimento da Psicologia enquanto ciência e profissão; e de cooperar com o zelo do exercício profissional enquanto saber que implica na transformação do indivíduo, de maneira digna e, assim, cumprir o juramento realizado no momento da colação de grau.

Tendo isso em vista, na primeira oportunidade de adentrar a esse universo, em meados de 2015, a resposta frente ao convite, conseqüentemente, foi positiva. E, assim, inicia-se esse processo denso, por vezes doloroso, mas ímpar. Demarco, aqui, uma estrofe da canção “Frustração” do saudosíssimo Erasmo Carlos:

*Quando me perguntam  
pela rua  
Como vai a minha vida ou  
coisa assim  
Respondendo, calado  
Não se iluda companheiro  
Se aparento ter dinheiro  
Mas pensei em merecer  
coisa melhor*

Importante frisar que, recorrentemente, era esse o pensamento que vinha à tona: mas pensei em merecer coisa melhor. Descreverei, logo mais, os motivos que incitaram esse tipo de pensamento. Em pouco tempo da gestão do IX Plenário, o mundo foi assolado pela pandemia da COVID-19.

Com isso, a gestão do CRP-15 precisou se reorganizar administrativamente, replanejar as ações etc. Por isso, o sentimento de frustração estava entranhado em muitas/os conselheiras/os, em pouco tempo, viu-se todo um planejamento direcionado às questões inerentes aos conselhos de classe - orientar e fiscalizar - ser desfeito. Isso é frustrante...

Sendo assim, o desafio de estruturar a secretaria do CRP-15 aumentava. O que fazer? Como prosseguir? Como organizar, minimamente, os processos internos e dar celeridade aos fluxos? Pois bem, vários questionamentos surgiam dia após dia. Plataformas como WhatsApp, Google Meet, Zoom etc tornaram-se instrumentos inseparáveis de trabalho. No entanto o mais importante faltava: o olho no olho, o abraço, a descontração em momentos de discussão tensa nas plenárias, faltava tudo aquilo que somente a presença poderia preencher.

Somado a tudo isso, existia o medo, a insegurança, as perdas, o distanciamento...o mundo estava cinzento. Mas, mesmo assim, os conselhos de classe não podiam, nem deveriam parar. Havia uma categoria que urgia por orientações de como proceder eticamente.

O esgotamento mental começou a dar sinais, pois as plenárias passaram a ser mais emotivas, por vezes, o cansaço era externalizado por meio das lágrimas, ali derramadas, na presença

das/os minhas/meus companheiras/os de plenário as/os quais eram vistas/os pela tela do computador.

Ações como a aproximação das Instituições de Ensino Superior de Psicologia; momentos de orientação com graduandos em psicologia, em especial, primeiros e últimos períodos/anos; visitas de orientação e fiscalização em espaços públicos e privados, na capital e interior; implementação de fluxos internos; aproximação com a categoria que representa o Regional em espaços de controle social etc, tiveram que ser substituídas por estudo para mudanças nas resoluções, articulações institucionais, orientação por *lives*, vídeos informativos, publicação de *cards* orientativos nas redes sociais. Em suma, o “aprender a fazer fazendo” nunca fez tanto sentido.

Aos poucos, tudo foi “voltando” para o seu devido lugar, todavia os desafios permaneciam. Havia percorrido um bom período da gestão e praticamente nada do que havia sido planejado pôde ser executado. E, assim, aquela motivação inicial de representar a categoria dava vazio ao sentimento da frustração.

Frustração, essa, acrescida a perda significativa da sede própria do CRP-15, em virtude da instabilidade apresentada pelo solo, em diversos bairros da capital alagoana. A sede, nomeada Casa Félix Vilanova, encontrava-se localizada há 25 anos no bairro do Pinheiro.

No dia cinco de novembro de dois mil e vinte um, foi realizada a última plenária nessa sede. Com ela, ficaram as lembranças das posses das gestões ocorridas no Auditório 24 de Novembro; os encontros em alusão ao dia da/o psicóloga/o; as reuniões das comissões permanentes e temáticas; as orientações ocorridas no dia da entrega da carteira profissional; as comemorações de aniversário do CRP-15; os Pré-COREPS etc.

Foram vários atropelos no decorrer desse triênio, sim, e não foi fácil. Nenhuma palavra aqui descrita reverbera os sentimentos e emoções sentidos durante essa caminhada, ou seja, aquele pensamento citado no início desse texto “mas pensei em merecer coisa melhor” ecoava pelo motivo de que “poderíamos ter sido gestores em outro momento; nós poderíamos ter feito mais; nós merecíamos ter executado o que planejamos”.

Contudo, em certo momento, uma voz doce e singela trouxe aos presentes, em outras palavras, a seguinte afirmação: “você fizeram o que podiam, o que estava no alcance em um momento tão difícil para todos nós!”. Frase essa completada com um afago em forma de abraço. E aquilo soava de maneira tão confortante, o acolhimento no olhar de quem nos falava naquele momento era único...

Lembram daquele desejo inicial? Pois bem, a chama fora acesa novamente...a semente plantada pelo saudosíssimo Félix Vilanova (in memoriam), voltara a germinar, pois seus ensinamentos que permeavam a esfera do zelo, ética, comprometimento, empenho com o CRP-15 jamais poderiam ser esquecidos. Destarte, uma flor brotava no solo seco do sertão.

Para selar, neste ano, 2022, a Psicologia completa 60 anos de regulamentação como profissão no Brasil. Com isso, a nostalgia em estar nesse espaço, nessa representatividade em uma data tão relevante para nossa profissão fazia-me compreender o quão privilegiada é a gestão do IX plenário.

No tocante a reorganização da secretaria, constatei que muito não se fez, mas, minimamente, as funções descritas no Regimento Interno do CRP-15 foram cumpridas: elaboração das pautas e atas, instituição de fluxos, utilização de e-mails institucionais como canal de comunicação, estudo e análise do portal da transparência, instituição de comunicações internas (CI), sistematização e definição de funções, além das várias atribuições aquém ao cargo e ao regimento.

Portanto, o sentimento de frustração advindo da sensação de não ter concretizado as propostas contidas naquele planejamento se esvaiu. Todavia, para esse processo acontecer, tornou-se necessário desconstruir conceitos e flexibilizar pensamentos. A psicologia é capaz de transformar vidas, preencher aquilo que, por ora, encontra-se vazio, dar sentido e significado a conteúdos incompreendidos.

A maturidade profissional decorrente da experiência em um conselho de classe tem como alicerce a primazia do exercício profissional qualificado, ético e nos faz absorver a relevância das lutas coletivas. É quando se aprende, ou dever-se-ia aprender, que os interesses coletivos devem se sobrepor aos individuais.

Finalizo este texto com trechos desta música, em agradecimento, as/os minhas/meus companheiras/os da gestão do IX plenário que se tornaram minhas/meus amigas/os, confidentes e aliadas/os:

*Tens o dom de ver estradas  
Onde eu vejo o fim  
Me convences quando falas  
Não é bem assim  
Se me esqueço, me recordas  
Se não sei, me ensinas  
E se perco a direção  
Vens me encontrar...*

Cito o trecho dessa música, porque descreve bem muitos momentos em que aqueles com os quais compartilhei essa experiência traziam-me de volta quando o que desejava era me afastar; quando não conseguia enxergar possibilidades; quando me mostravam o lado bom frente a tantas críticas e desdenho da categoria; quando me acolhiam e me faziam recordar o que me impulsionou a estar nesse espaço de representatividade.

Conselho Regional de Psicologia da 15ª Região, despeço-me dessa gestão entendendo que “a vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida.” (MORAES; POWELL, 1967).

## REFERÊNCIAS

CFP. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. 2005. CARLOS, Erasmo. **Frustrações**. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/erasmo-carlos/775120/>>. Acesso em 30 de julho de 2022.

MELO, Fábio de. **Humano Amor de Deus**. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/pe-fabio-de-melo/1192628/>>. Acesso em: 30 de julho de 2022.

MORAES, Vinicius de; POWELL, Baden. **Samba de Benção**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Fz0eddwTjnk>>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

## DESAFIOS E RESPONSABILIDADES ACERCA DO TRABALHO PRESTADO EM COMISSÕES DE ORIENTAÇÃO E ÉTICA: NARRATIVA DE EXPERIÊNCIA

*Leandro Matos Souto da Rocha*

O artigo em questão almeja trazer uma visão crítica, a partir de uma narrativa de experiência sobre o trabalho dentro de uma Comissão de Orientação e Ética - COE, especificamente no que diz respeito às responsabilidades e desafios de membros voluntários no serviço de orientação, fiscalização e disciplinamento da categoria. Antes de adentrarmos na narrativa da experiência, vamos resgatar o contexto histórico do Sistema Conselhos de Psicologia e do Código de Ética Profissional do Psicólogo - CEPP, para posteriormente, juntamente com a minha narrativa de experiência, trazermos reflexões acerca de funções primárias do Sistema Conselhos e respectivamente de suas comissões, conselheiros, voluntários e colaboradores.

Vejamos o que diz a Lei Federal que cria o Sistema Conselhos de Psicologia, Lei de nº 5.766, de 20 de dezembro 1971, em seu art. 1º:

*Ficam criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, constituindo, em seu conjunto, uma autarquia, destinados a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe.*

Podemos perceber que, desde a criação do Sistema Conselhos de Psicologia em 1971 (sistema que se refere ao Conselho Federal de Psicologia – CFP e os Conselhos Regionais de Psicologia – CRP's), essas autarquias tinham como funções primárias o dever de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional da psicóloga e do psicólogo; assim como de divulgar e fazer cumprir os princípios éticos e disciplinares da categoria.

Sobre o CEPP, vale salientar que o código que conhecemos atualmente foi elaborado e sancionado apenas em 2005, mas existiram outros dispositivos balizadores da conduta ética profissional da(o) psicóloga(o) antecessores a ele, incluindo um “anteprojeto”, que foi elaborado antes da criação do Sistema Conselhos de Psicologia. Baseado na contribuição de Amendola (2014) em seu artigo titulado “História da construção do Código de Ética Profissional do Psicólogo” um anteprojeto do Código de Ética do Psicólogo Brasileiro foi criado a partir de discussões promovidas pela Associação Brasileira de Psicologia – ABP, entre os anos de 1966 e 1967. A primeira “Comissão de Ética”, também foi criada pela ABP a partir de sua Assembleia Geral, ocorrida na cidade de Blumenau em 1966, na ocasião, foram nomeados “os membros do Conselho de Ética Profissional, entidade que se incumbiria de orientar a aplicação deste Código de Ética, zelar pela sua observância e fiscalizar o exercício profissional” (WEIL, 1967 apud AMENDOLA, 2014, p. 7).

Após criação do Sistema Conselhos de Psicologia, no ano de 1971, foram oficializadas 4 resoluções que se constituem como CEPP. O primeiro código foi oficializado em 1975, através da publicação em diário oficial da Resolução CFP nº 008/75, esse código teve como base o anteprojeto mencionado anteriormente; o segundo CEPP foi publicado em 1979, através da Resolução CFP nº 029/79, em virtude do aumento expressivo do número de psicólogas(os) no Brasil e da expansão das atividades prestadas pela categoria; o terceiro CEPP foi aprovado em 1987, através da Resolução CFP nº 002/87, e foi motivado pela democratização do Brasil na década de 80 e pelos 25 anos de regulamentação da Psicologia no país; o último CEPP, que está vigente no momento, é o quarto publicado desde

o início de Sistema Conselhos, aprovado através da Resolução CFP Nº 010/2005, motivado por diversos eventos importantes que trouxeram para discussão a necessidade de revisão / atualização do CEPP vigente na época, foram eles: I Fórum Nacional de Ética - 1997; IV Congresso Nacional da

Psicologia – 2001; aprovação da Resolução CFP nº 006/2001 que revogou o Código de Processamento Disciplinar – CPD vigente na época (documento que rege o trâmite do processamento e julgamento das infrações ao CEPP e de outras determinações legais que norteiam o exercício profissional na psicologia), e implantou um novo CPD-2001; por fim o II Fórum Nacional de Ética - 2003 (AMENDOLA, 2014).

O motivo dessa contextualização é para ressaltar o quanto o CEPP é importante para o Sistema Conselhos de Psicologia, concomitantemente para toda categoria e sociedade; por consequência, juntamente com o CPD, o CEPP permitiu e permite o trabalho de orientação, fiscalização e disciplinamento da categoria.

Vale ressaltar, o que aponta o próprio CEPP (2005) em seu Art. 1º, sobre os deveres fundamentais da(o) psicóloga(o), alínea a: “Conhecer, divulgar, cumprir e fazer cumprir este Código” (CFP, 2005, p. 8). Significa que, das funções primárias do Sistema Conselhos que mencionamos nos parágrafos anteriores, aquelas que dizem respeito a orientar e fiscalizar o exercício profissional na psicologia, interpretando as diretrizes do Art. 1º, alínea a, do novo CEPP, podemos dizer que essas funções são, também, deveres de todos os profissionais de psicologia devidamente ativos no território brasileiro.

Diante do contexto descrito acima, surge a seguinte indagação: Quais são as responsabilidades e desafios no trabalho de orientação, fiscalização e disciplinamento do exercício profissional em psicologia, a partir da perspectiva do colaborador voluntário de uma COE do Sistema Conselhos de Psicologia?

Para se aproximar da resposta dessa pergunta, devemos refletir sobre os deveres e cuidados inerentes ao trabalho que colegas, sejam conselheiros ou não, assumem quando se voluntariam para fazer parte das COE's do Sistema Conselhos de Psicologia e se disponibilizam para executar o serviço de orientação, fiscalização e disciplinamento da

categoria. Vale lembrar que a Comissão de Orientação e Ética – COE, assim como a Comissão de Orientação e Fiscalização – COF, são comissões permanentes (obrigatórias) dos CRP's, sendo, portanto, ramificações regionais da Secretaria de Orientação e Ética – SOE do Conselho Federal de Psicologia. A SOE, por sua vez, é instância superior e de recurso no Sistema Conselhos de Psicologia que “tem a função, dentre outras, de coordenar as atividades de orientação e fiscalização da entidade” (CFP, 2017, art.4º).

Reflexões acerca da pergunta lançada acima, apresentamos a seguir, a partir de uma narrativa de experiência da vivência que obtive trabalhando junto ao Sistema Conselhos. Iremos refletir basicamente sobre 2 categorias de responsabilidades do trabalho na COE. A primeira categoria se refere às responsabilidades oficiais, àquelas determinadas no CPD para a COE; e a outra categoria é referente às responsabilidades extras, ou seja, àquelas que não estão previstas no CPD, nem em outro dispositivo legal.

Críticas e reflexões acerca das responsabilidades oficiais:

1 - Começamos apontando sobre o nível de complexidade para aprender sobre o CPD e 2 – da complexidade para entender e se familiarizar sobre o rito processual das denúncias, representações e processos éticos que chegam ao CRP. Esses termos e linguagens utilizados no CPD não são comuns à formação em psicologia, sendo, portanto, mais próximo da formação na área do direito. A consequência disso para o trabalho das(os) psicólogas(os) nas COE's é a necessidade, por vezes dependência, de trabalhar em conjunto com advogado(s), deixando o serviço nas COE's ainda mais moroso. 3 – Outro desafio que surge, nessa categoria de responsabilidades, é que irá depreender do profissional de psicologia muita disponibilidade tempo e empenho para conseguir se adaptar, aprender e desenvolver as competências necessárias para uma atuação efetiva nesse tipo de serviço. Vale salientar que os fatores, tempo e empenho, são precários quando nos referimos aos membros voluntários da COE, sejam eles conselheiros ou não.

Destaco que me incluo nesse grupo, e assim como eu, muitos irão se dedicar e empregar mais tempo em seus respectivos empregos ou trabalhos remunerados. Por isso, a importância de um membro / colaborador que possua vínculo remunerado e de preferência estabilidade (concurado) com o CRP, nos referindo em relação às(aos) psicólogas(os) técnicas(os) ou fiscais, ou seja, funcionárias(os), e não voluntárias(os), do conselho. 4 – Último ponto importante dessa categoria de responsabilidades que iremos trazer é o desafio de cumprir os prazos prescricionais em virtude do volume de trabalho e/ou de denúncias que possam chegar para os membros da COE, exigindo mais disponibilidade de tempo e empenho, daqueles que, por serem voluntários, não dispõem de tanto.

Agora vamos adentrar nos desafios que terminam sendo responsabilidades extras, em outras palavras, aquelas responsabilidades que não estão previstas no CPD ou em outro dispositivo do conselho, mas que, também, exigem disponibilidade de tempo e empenho dos colegas que trabalham junto as COE's. Esses desafios / responsabilidades são diversos, irei apontar apenas alguns, pelo menos àqueles que mais dificultaram o meu trabalho dentro da realidade do CRP do Estado de Alagoas, são eles: 1 - Conscientizar a população e profissionais de psicologia de serem agentes fiscalizadores e de formalizem denúncia junto ao CRP, quando se depararem com condutas inapropriadas ao exercício profissional da(o) psicóloga(o). Vale salientar que o CEPP determina que é responsabilidade de todas as psicólogas e psicólogos o trabalho de fiscalização da categoria e de não ser conivente com falta ética no exercício da psicologia. No entanto, o que posso descrever da realidade no Estado de Alagoas, a partir da minha perspectiva, é que os colegas exigem do conselho mais fiscalização e disciplinamento da categoria, mas, por outro lado, não assumem a responsabilidade de serem agentes de fiscalização. As consequências dessa realidade são severas, podemos citar problemas que vão, desde a desunião da classe com o conselho, até o enfraquecimento da psicologia como ciência e profissão, se olharmos em larga escala.

Diante dessa realidade, deixo a seguinte reflexão: O que dificulta a(o) colega psicóloga(o) que se depara com outro colega cometendo uma falha no exercício profissional, em formalizar a denúncia perante o CRP? Salientando que, antes de formalizar a denúncia, também é válido tentar orientar o colega, ajudando ou ensinando como pode ser feito da forma correta. Atitude que fortaleceria toda categoria e que traria benefícios para quem ajuda, para quem é ajudado e para toda a sociedade. 2 - Outro tópico importante que é interessante destacar sobre as responsabilidades extras referentes ao trabalho junto a COE, considerando a minha vivência no CRP15, é o desafio de fazer um trabalho primando pela imparcialidade / neutralidade, quanto aos aspectos pessoais, morais, religiosos, políticos e etc. Essa reflexão parece desnecessária para profissionais que, naturalmente, fazem isso em seus diversos contextos de atuação, mas será que no trabalho de fiscalização e disciplinamento em CRP's, especialmente de cidades pequenas, onde as pessoas se encontram com frequência ou até mesmo convivem / conviveram, seja no contexto profissional ou até mesmo pessoal, essa imparcialidade é efetiva? As consequências em relação às falhas nesse tópico também são severas, começando pelos erros nos julgamentos das representações e processos éticos; e em uma perspectiva mais ampla, descaso ou descredito total por parte da categoria e/ou da população, com o serviço de fiscalização e disciplinamento da categoria, prestados pelas COE's e COF's; passando a questionar inclusive sobre a importância da existência do próprio Sistema Conselhos. Será que sofremos com essas consequências aqui no Estado de Alagoas? Quem nunca ouviu, “esse conselho só serve para pagar anuidade” que atire a primeira pedra! 3 - O último ponto de reflexão dessa narrativa de experiência é relativo ao trabalho referente à mudança de cultura de uma realidade criada pelas consequências desses comportamentos citados acima.

Para finalizar este artigo, deixo algumas sugestões e até apelo, enquanto psicólogo e apaixonado pela profissão: Aos futuros conselheiros do CRP15: Pensem com carinho sobre essas críticas, e se atentem para duas frentes de intervenção junto a COE e a COF, a primeira relacionada à escolha estratégica dos

respectivos presidentes dessas comissões, assim como seus membros; sendo a segunda frente de intervenção (a que faço o apelo) o investimento em concurso público para contratação de técnicos para executar o serviço de orientação, fiscalização e disciplinamento da categoria. Os técnicos efetivados por um contrato de trabalho remunerado com o CRP, especialmente como concursados, poderão dedicar tempo suficiente para o trabalho, facilitando o desenvolvimento das competências necessárias para esse serviço; incluindo o fato da existência do profissional técnico nessas comissões, ajudar significativamente com o treinamento e atualização de membros e presidentes nos momentos de transição de gestão e reformulação da equipe. Vale salientar que seja voluntário, contratado ou concursado, todos os colaboradores dessas comissões precisarão, além de perfil ético e técnico, disponibilidade de tempo e dedicação; mas acima de tudo, devem ter uma dotada dose de coragem para fazer o que deve ser feito!

A todas e todos os colegas que fazem ou farão parte do Sistema Conselhos de Psicologia do Brasil: Invistam na orientação e na fiscalização; não deixem as COE's e COF's sob a responsabilidade, apenas de membros voluntários. Sensibilizem-se sobre a importância dessas funções e voltem a dar mais ênfase para elas, dentre as outras funções que o Sistema Conselhos possui, afinal, são funções primárias do Sistema Conselhos orientar, fiscalizar e disciplinar a categoria!

## REFERÊNCIAS

AMENDOLA, Marcia Ferreira. História da construção do Código de Ética Profissional do Psicólogo. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 660-685, ago. 2014. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812014000200016&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812014000200016&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em: 26 de julho 2022.

BRASIL, Lei de nº 5.766, de 20 de dezembro 1971.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 010/05, 2005.

\_\_\_\_\_. **Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos**. Resolução n.º 010/17, 2017.

# **GESTÃO EM TEMPOS INSTÁVEIS: REFLEXÕES ACERCA DA GESTÃO DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 15ª REGIÃO (2019-2022) EM MEIO A PANDEMIA DA COVID-19**

*Maurício Luiz Marinho de Melo*

Estar à frente da gestão de uma autarquia federal, que tem como funções primordiais fiscalizar e orientar o exercício profissional, é um lugar de honra e, ao mesmo tempo, de muita responsabilidade, diante disso, este artigo visa discorrer sobre a gestão 2019-2022 do Conselho Regional de Psicologia 15ª Região (CRP15) com jurisdição no Estado de Alagoas. Meu lugar de fala, nesse contexto, é especificamente no cargo de Conselheiro efetivo, ocupando o cargo de Tesoureiro, em que, a partir da minha vivência à frente dessa função, farei meu relato de experiência, considerando o seu conjunto de interrelações que, segundo MINAYO: “esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir de sua realidade vivida e partilhada com seus semelhantes” (1994:21).

Antes de, propriamente, discorrer sobre as ações à frente da tesouraria do CRP 15 é importante discorrer, brevemente, sobre o funcionamento do Sistema Conselhos de Psicologia. Pouco antes da instituição da ditadura militar no Brasil, através da Lei 4.119 de 1962, a profissão de psicólogo no Brasil foi regulamentada, assim, passando a ter competências definidas por lei, além de dispor sobre os cursos de formação. Antes da lei, já existia a atuação de psicólogos no país, desde o início do século XX, difundida, sobretudo por estrangeiros radicados no Brasil, como foi o caso do famoso psicólogo cubano Emílio Myra e Lopes criador do teste PMK.

Decorridos, então, alguns anos da profissão já regulamentada por lei, no auge da ditadura militar através da lei 5766 de 1971, foi criado o Sistema Conselhos de Psicologia, que, como dito anteriormente, tem como atividades afins a orientação

e fiscalização da atuação profissional no tocante ao exercício ético da profissão. Ou seja, os Conselhos são criados com a finalidade de organizar uma profissão que já estava bastante difundida, sobretudo nos grandes centros urbanos das regiões sul e sudeste. Lembrando que, nessa época, anos 70, foi o “boom” da psicanálise, a qual, majoritariamente, era e ainda é exercida por profissionais com formação em psicologia os chamados “psicólogos clínicos de orientação psicanalítica”.

Diante do crescente número de profissionais, O Sistema Conselhos de Psicologia foi criado, em meio a um momento da história brasileira, marcado pelas tensões político-sociais do regime militar. Devido a isso, alguns autores têm o entendimento de que a criação dos conselhos, nessa época, era muito mais por necessidade do controle da atividade da psicologia pelo regime militar do que por um clamor da própria categoria. Como o objetivo precípua desse artigo não é adentrar com mais profundidade nas questões históricas, trago essa informação apenas como um contraponto no tocante à ambiência da criação do sistema conselhos, mas para além dos reais motivos que deflagraram o surgimento dessa autarquia federal, a sua importância se traduz no poder organizativo e representativo da profissão no país, além de salvaguardar a própria sociedade da imperícia ou até mesmo do exercício ilegal da profissão no país.

### **Autarquia Federal**

É imprescindível, antes de mais nada, discorrer, em poucas linhas, sobre a natureza jurídico-administrativa do Sistema Conselhos de Psicologia. Autarquia de acordo com a Lei nº: 200/1967 é definida como: “serviço autônomo, criado por lei, com patrimônio e receita próprios para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para o seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada” Simplificando a definição acima, os conselhos

de psicologia, como autarquias federais, têm receita própria oriunda do pagamento das anuidades, e autonomia administrativa para a execução de suas atividades, porém, no tocante aos recursos financeiros, a sua autonomia não é total, já que o uso desses recursos é fiscalizado pela Controladoria Geral da União – CGU para evitar a malversação dos recursos. Em outras palavras, o Governo Federal não custeia as finanças, mas fiscaliza a aplicação delas. Cabe também elucidar que os conselhos regionais não ficam com 100% dos valores das anuidades, pois 25% são destinados ao Conselho Federal de Psicologia – CFP como cota-parte para custeio de suas atividades.

### **Tempos instáveis: do solo do Pinheiro a uma Pandemia Global**

Diz o dito popular que “dois raios não caem no mesmo lugar,” porém há controvérsias e como há... Em fevereiro de 2018, o solo do bairro do Pinheiro, onde o CRP 15 está localizado, tremeu e várias rachaduras começaram a surgir, gradativamente, nos imóveis do bairro de forma mais intensificada a partir dessa data. Até, então, não se sabia a dimensão do problema, já que, de início, se imaginou que fosse algo local, restrito a alguns poucos imóveis por falha estrutural ou por infiltração no solo, enfim, nada parecido com a realidade, hoje, já conhecida.

Na verdade, ficou constatado que “simplesmente” 5 bairros de Maceió, alguns de forma parcial, outros totalmente, estão afundando devido ao processo de mineração para extração do sal-gema, pela empresa Braskem, nas jazidas situadas na capital alagoana, em torno desses bairros, causando assim o afundamento gradativo dos bairros do Pinheiro, Bom Parto, Bebedouro, Mutange e Farol, atingindo mais de 14 mil imóveis, entre eles a sede, já saudosa e que hoje chamo de “sede histórica” do nosso CRP 15.

Essa foi a primeira sede própria do CRP 15, onde este passou a funcionar em agosto de 1998 até dezembro de 2021, mês em que desocupamos de finitivamente o imóvel, por motivo

de segurança pessoal e patrimonial, já que o bairro passou a ser quase um bairro deserto, sendo assim, mais suscetível a assaltos, como ocorreu com uma funcionária. Antecipamos nossa saída antes mesmo do prazo proposto pela Braskem e nos mudamos, a partir de então, para o bairro da gruta e lá estamos até o presente momento.

Muito mais do que um imóvel físico, ali estão as memórias da maior parte da vida institucional do CRP 15, já que fomos emancipados de Pernambuco há apenas 2 anos antes, em 24 de novembro de 1996, ou seja, dos 26 anos de sua existência, 24 anos foram ali naquelas dependências. Em particular, guardo um componente adicional de nostalgia pelo fato dessa sede ter sido também o espaço de minha formação profissional, já que, ainda no antigo auditório, que chamávamos de “puxadinho,” fiz minha pós-graduação em Psicologia Jurídica, num convênio entre o CRP 15 e a Faculdade de Ciências Humanas de Olinda – FACHO, além de ter sido o “pontapé” inicial da minha carreira, onde ocupei os cargos de presidente de comissões como a de psicologia jurídica, Orientação e fiscalização – COF e, mais recentemente, como tesoureiro da instituição.

Muito mais que um espaço institucional, para cuidar de toda burocracia institucional, essa sede foi um espaço de convivência, de construção de networks, de vínculos sociais, de paixões, de divergências, de conquistas e lutas. Transitaram por ali muitas vidas, destaque especial para a do nosso saudoso psicólogo Felix Vilanova que nos deixou no final do ano de 2018, tendo sido ele um dos maiores baluartes da psicologia alagoana e responsável maior pela aquisição dessa sede que hoje toma emprestado o seu nome: “Casa Felix Vilanova”.

Mas o dito popular não dizia que dois raios não caem no mesmo lugar?

Pois é... dessa vez caiu. .E aí veio a pandemia... Sem querer reportar-me a todo esse processo catastrófico que acomete toda a humanidade, já que ainda estamos atravessando a mesma,

tenho como intuito apenas datá-la para efeito da relato histórico desse artigo: a mesma surgiu apenas 6 meses após a posse dessa gestão, no mês de março de 2020, ou seja, sem ainda termos vencido o primeiro ano de gestão, sem sequer termos consolidados as rotinas administrativas, já tínhamos que estabelecer novas rotinas e de maneira muitíssimo radical pela necessidade que a pandemia nos impôs.

A pandemia, obviamente, nos imprimiu uma nova modalidade de atuação e um novo ritmo de trabalho. O teletrabalho foi um imperativo devido às restrições sanitárias e, a partir disso, tínhamos que buscar formas de não nos afastar da categoria, dessa forma, fizemos muitas *lives* com temas que visavam, sobretudo, à orientação profissional diante dos novos ditames de atendimento remoto, de acordo com a resolução CFP 04/2020. Além disso surgiram muitos convites para participação dos conselheiros em *lives* das instituições de ensino superior – IES o que se efetivou de fato.

Após um acontecimento como esse, o mundo jamais será o mesmo, a chamada “retomada da vida normal” não é exatamente ao dia anterior à decretação da pandemia pela Organização Mundial da Saúde – OMS, mas a partir do entrelaçado e complexo jogo interações humanas com a nova realidade concreta. Difícil e muito cedo para definir qual será o produto disso, mesmo porque, ainda nos encontramos em meio à pandemia, no momento em que escrevo este artigo, mas, indubitavelmente, a vida segue num ritmo diferente daquele do “antigo mundo”.

No tocante aos impactos na gestão do CRP 15 propriamente dita, minha percepção é de que estamos fechando esse ciclo com um sabor de nostalgia pelas perdas e frustrações que o imponderável nos impôs, sobretudo, ao nosso cotidiano institucional, pois não há nada que substitua o presencial no sentido da promoção da coesão grupal e esse aspecto não poderia deixar de sofrer seus impactos diante da necessidade de distanciamento social. Quando falo de coesão grupal, refiro-me à questão dos processos de trabalho que demandam engajamento grupal e não ao clima de trabalho, este foi sempre harmônico do início ao final da gestão.

Imagine o quanto isso nos impactou, enquanto profissionais das ciências humanas, o fato de termos sido forçados, pelas circunstâncias, a aderir, como mediador dessa relação com o outro, à telinha do computador. Jamais fizemos, na história do CRP15, essa opção, mesmo tendo tecnologia disponível e motivos para tal, pois sempre as nossas plenárias foram compostas com conselheiras (os) residentes no interior do Estado, mesmo assim, jamais fizemos reuniões plenárias ou até mesmo de outra ordem, com os mesmos que não tenham sido presenciais. Não se trata aqui de um saudosismo fatídico nem muito menos de um protesto contra essa realidade, mas apenas a busca de ser fiel à narrativa histórica desse momento a partir do meu olhar.

Nessa interface do presencial/virtual, creio inclusive, que o teletrabalho, as reuniões virtuais vieram para ficar de vez, mas diante da forma como aconteceu essa “virada de chave” fez com que o nosso ritmo dos processos internos de trabalho fosse afetado, porque tivemos que nos reinventar subitamente e concomitantemente elaborar o luto do mundo e do cotidiano institucional perdido do período Pré-pandemia. Refeitos dos impactos iniciais, conseguimos chegar ao final da gestão com um número considerável de conselheiros ativos e participantes nas demandas do CRP 15.

## **As finanças**

Antes de entrarmos nas informações da gestão financeira propriamente dita, é importante contextualizar o cenário social e econômico no qual estamos inseridos, pois as questões relativas às finanças estão intrinsecamente relacionadas a esta realidade:

Alagoas é territorialmente o 2º menor estado brasileiro e tem a segunda menor renda *per capita* de todos os estados da federação. Esse contexto econômico nos impõe desafios substanciais, pois aponta para um nível de emprego e renda baixo, inclusive para os psicólogos, sobretudo, entre aqueles que trabalham mais afastados dos maiores centros urbanos como a capital Maceió e Arapiraca, 2ª maior cidade do Estado.

Dito disso, é importante dizer que, adicionado a essa questão macrossocial, temos um outro grande desafio, esse, na minha visão, o maior, que foi a ausência de processos padronizados de cobrança ao longo dos anos. Excetuando-se a chamada “recobrança” e a cobrança judicial, não tinha até então processos formatados de cobrança desses passivos financeiros. Tentando exemplificar: chegava uma psicóloga no CRP 15 para negociar suas dívidas e tinha desconto de 100% de multas e juros, um verdadeiro incentivo à inadimplência, outra psicóloga poderia ter 60%, enfim não havia parâmetros pré-definidos, é como se, a depender da situação financeira do profissional e do montante da dívida, fossem adotados critérios diferentes, só que isso não estava escrito em lugar nenhum, sequer discutido em plenária, ou seja, uma tratativa absolutamente informal de processos que devem ser totalmente formais, padronizados, seguindo o princípio da impessoalidade no serviço público.

Hoje, temos um setor de cobranças estruturado, com espaço físico apropriado e funcionário treinado. Além disso as condições de desconto de multas e juros nas negociações foram definidas em plenária e o nosso técnico em TI, Jailson, estabeleceu parâmetros operacionais pré-definidos no software de arrecadação que não podem ser alterados por ninguém, estabelecendo, assim, critérios formais e únicos na nossa política de arrecadação. Diante disso, já sentimos os efeitos dessas ações com o incremento histórico do nosso caixa, com essas e outras medidas adotadas.

Cito também, como avanço, o uso do cartão de crédito que permitiu maior flexibilidade e facilidade de pagamento para o profissional e, para o CRP15 representou uma diminuição na inadimplência. Outro ganho importante que tivemos foi ter dado autonomia para o nosso funcionário Cristiano para processar os pagamentos, cabendo apenas ao tesoureiro e à presidência a confirmação dos pagamentos.

Antes, perdíamos horas digitando boleto por boleto, deixando assim de fazer gestão para fazer operacional, hoje, em qualquer lugar do Brasil, apenas confirmamos os pagamentos através do APP do banco. E para o Cristiano também ficou melhor, porque antes ele dependia de nossa disponibilidade para

processar os pagamentos, agora, ele tem autonomia para fazê-lo, quando for mais favorável, dentro do seu fluxo de trabalho próprio.

Outro ponto que merece destaque foi a nossa participação no Grupo Nacional de Tecnologia da Informação, e o CRP15, foi o único conselho da região nordeste que teve representação nesse grupo através da minha pessoa e do nosso técnico em TI Jailson. Durante 3 anos, participamos de inúmeras reuniões com os representantes do CFP e dos regionais de SP, RJ, MG, RS, PR e DF, onde trabalhamos os parâmetros para licitação do novo sistema operacional administrativo-financeiro de todo Sistema Conselhos, desde a elaboração da minuta de contrato, passando pelo certame de licitação e indo até fase de implantação desse novo sistema, que trouxe inúmeras funcionalidades para o avanço da digitalização de todos os processos internos de trabalho.

Um outro grande desafio histórico do nosso CRP 15 é a nossa histórica taxa de inadimplência que conseguimos diminuir, mas permanece alta de acordo com os dados do nosso setor contábil:

TABELA 5. Inadimplência - PESSOA FÍSICA				
Exercícios Anteriores	Valor dos Boletos Gerados	Valor Arrecadado	Valor da Inadimplência	PERCENTUAL
2019	1.510.956,00	887.987,30	622.968,70	41,23%
2020	1.529.952,00	916.128,53	613.823,47	40,12%
2021	1.916.936,16	1.005.593,67	911.342,49	47,54%
Média do Percentual da Inadimplência - Pessoa Física				42,96%

Na verdade, a taxa de inadimplência de anos anteriores rodou na casa dos 50%, tivemos uma redução de cerca de 10%, porém houve um recrudescimento dessa taxa no ano de 2021, como um provável reflexo da pandemia e da difícil situação econômica do país. Apesar dessa taxa alta de inadimplência, deixamos o CRP 15 com o maior caixa da história desse regional, no momento em que escrevo esse texto, R\$ 701.848, 37, fruto de nossa política de austeridade, da intensificação de cobranças judiciais de anos anteriores e do próprio crescimento da categoria no Estado, aumentando assim o montante de pagantes. Tratamos as finanças com austeridade, mas, não, sem deixar de ter sensibilidade com o nosso bem maior que são nossos funcionários, que tiveram aumentos salariais

acima da inflação, além de aumento nos seus benefícios e, principalmente, da categoria que, diante da situação aguda da pandemia, dilatamos o prazo de pagamento das anuidades e, por dois anos, mantivemos a anuidade com seu valor congelado.

## **Considerações finais**

Estar à frente da gestão financeira do CRP15, por 2 gestões consecutivas, foi para mim um lugar de honra pela confiança depositada pelos meus colegas de plenária e pela categoria como um todo. Além disso, proporcionou-me muita bagagem profissional, não só pelo conhecimento técnico a respeito da burocracia da gestão pública, mas também pelo desenvolvimento de competências emocionais e comportamentais, pois os números se tornam detalhes, produto de intensas e constantes interações humanas. E aprendi muito com isso, tanto com os nossos colaboradores mais próximos como Cristiano, Jailson, Alberto, Fabrício e Orlando, cada um com suas competências e estilos, como também com meus colegas de plenária, onde compartilhamos várias pautas relacionadas ao setor e que muito contribuíram com seus olhares complementares sobre a questão.

Apontando para futuro, creio que colheremos os frutos das sementes que plantamos nesses últimos anos, com uma maior profissionalização do setor financeiro. Soma-se a isso o aprimoramento das ações por parte das futuras gestões, sobretudo, a meu ver, das atividades afins do CRP 15, que é a orientação e fiscalização, não com um viés punitivo, muito pelo contrário, com um viés acolhedor, pois é assim que a categoria se sente com um conselho que os vê, que está ali próximo, como um “pai” atento e vigilante, pronto a dar o retorno às suas demandas. Não poderia finalizar esse relato de experiência sem dizer, agora no lugar, não de conselheiro, mas de filho, que a pessoa mais ilustre que pisou na antiga sede do CRP15, minha querida e saudosa mãe, nos deixou no dia 08 de março de 2022, exatamente no dia internacional da mulher. Sentia verdadeiro orgulho de ver seu filho, ali, representando os seus colegas e eu sentia o maior desejo de vê-la circular num lugar que é quase um solo sagrado

para mim, pois sem correr o risco do exagero, posso afirmar que o CRP15 se confunde com minha própria existência, pois pisei meus pés pela primeira vez, ainda garoto, estudante de psicologia da UFAL lá pelos idos de 1997, e, agora, já na meia idade, fechando mais um ciclo, dessa vez com o coração apertado de saudades da pessoa mais importante da minha vida. Fazemos história todos os dias, mas têm histórias que são cravadas em alto relevo, esses três anos de gestão no CRP 15, por todo esse contexto, é uma dessas. Que venham outras, mas sem tom de drama, assim espero!

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 4119. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicologia. **Diário Oficial da União**, ago 1962.

BRASIL. Decreto-lei nº 200. Dispõe sobre a administração federal. **Diário Oficial da União**, fev., 1967.

BRASIL. Lei nº 5766. Dispõe sobre a criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia. **Diário oficial da União**, dez., 1971.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: **Senado Federal: Centro gráfico**, 1988.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

